



ACÓRDÃO Nº1060/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 11457/2016.

Apensos: Processo nº 12648/2016, 12652/2016, 12790/2015 e 12651/2016.

2- Assunto: Embargos de Declaração.

3- Embargante: Dário Nunes Bezerra Júnior.

4- Advogado: Juarez Frazão Rodrigues Junior – OAB/AM 5851.

5- - Procurador de Contas Oficiante do Processo: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva

6- Relator: Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Embargos de Declaração.

*Conhecimento. Provimento Parcial. Determinação.
Ciência.*

7- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, III, alínea “f”, item 1, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento oral do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

7.1. Conhecer dos Embargos de Declaração interpostos pelo Sr. **Dário Nunes Bezerra Júnior**, considerando o adimplemento dos requisitos de admissibilidade, previstos no art. 145 e 148, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

7.2. Dar Provimento Parcial no mérito, aos Embargos de Declaração interpostos pelo Sr. **Dário Nunes Bezerra Júnior**, nos termos dos arts. 59, III, e 63, da Lei n.º 2.423/1996, c/c o art. 148, da Resolução TCE/AM n.º 04/2002 (Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas), para modificar os itens 10.2, 10.3 e 10.5, do Acórdão n.º 484/2022-TCE-Tribunal Pleno, proferido pelo Egrégio Tribunal Pleno, em sessão do dia 6 de abril de 2022 (fls. 2021/2025), ficando os mesmos com a seguinte redação:

"10.2. Considerar em Alcance o Sr. Dário Nunes Bezerra Júnior, no valor de R\$ 440.238,00 (quatrocentos e quarenta mil e duzentos e trinta e oito reais), nos moldes do art. 304, incisos I, II, III, da Resolução nº 04/2002 - Regimento Interno do TCE/AM. O valor deverá ser recolhido no **prazo de 30**



ACÓRDÃO Nº1060/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO

(trinta) dias, na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Itacoatiara. O supracitado montante fora obtido tendo em vista as seguintes restrições não sanadas:

10.2.1. Valor de **R\$ 66.811,00** (sessenta e seis mil, oitocentos e onze reais), referente ao item 01, da fundamentação do Relatório/Voto;

10.2.2. Valor de **R\$ 1.917,00** (um mil, novecentos e dezessete reais), referente ao item 06, da fundamentação do Relatório/Voto;

10.2.3. Valor de **R\$ 79.550,00** (setenta e nove mil, quinhentos e cinquenta reais), referente ao item 10, da fundamentação do Relatório/Voto, e

10.2.4. Valor de **R\$ 291.960,00** (duzentos e noventa e um mil, novecentos e sessenta reais), referente ao item 17, da fundamentação do Relatório/Voto.”

“**10.3.** Aplicar Multa ao Sr. **Dário Nunes Bezerra Júnior**, Presidente da Câmara Municipal de Itacoatiara, ao tempo do exercício de 2015, no valor de **R\$ 34.135,98** (trinta e quatro mil, cento e trinta e cinco reais e noventa e oito centavos), com fulcro no art. 54, V, da Lei nº 2.423/96, alterada pela Lei Complementar nº 204/2020-TCE/AM c/c art. 308, inciso V, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, alterada pela Resolução nº 04/2018-TCE/AM, pelos atos de gestão ilegítimos ou antieconômicos de que resultem injustificado dano ao erário, constantes dos itens 01, 06, 10 e 17, da fundamentação do Relatório/Voto. Fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-



ACÓRDÃO Nº1060/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO

TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;"

"10.5. Aplicar Multa ao Sr. **Dário Nunes Bezerra Júnior**, Presidente da Câmara Municipal de Itacoatiara, ao tempo do exercício de 2015, no valor de **R\$ 68.271,96** (sessenta e oito mil, duzentos e setenta e um reais e noventa e seis centavos), com fulcro no art. 54, VI, da Lei nº 2.423/96, alterada pela Lei Complementar nº 204/2020-TCE/AM c/c art. 308, inciso VI, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, alterada pela Resolução nº 04/2018-TCE/AM, pelos atos praticado com grave infração às normas legais, constantes dos itens 03, 04, 05, 07, 08, 09, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 18, da fundamentação do Relatório/Voto. Fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;"

7.3. Determinar a manutenção dos demais termos do Acórdão nº 484/2022-TCE-Tribunal Pleno, proferido pelo Egrégio Tribunal Pleno, em sessão do dia 6 de abril de 2022 (fls. 2021/2025);

7.4. Dar ciência do teor da Decisão ao Sr. **Dário Nunes Bezerra Júnior**, por



ACÓRDÃO Nº1060/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO

meio de seu patrono habilitado nos autos, encaminhando-lhe cópia
reprográfica do Relatório/Voto e do Acórdão correspondente.

8- Ata: 25ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

9- Data da Sessão: 12 de Julho de 2022.

10- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em substituição), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

11- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente, em substituição

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral